



ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL DE INFRAESTRUTURA (CT-INFRA)

Data: 09/12/2013

Horário: das 15:00h às 17:00h

Local: MCTI – BRASÍLIA - DF

1. PRESENTES

1.1 – Membros do Comitê Gestor

LUIZ ANTONIO RODRIGUES ELIAS – Presidente/MCTI
ADRIANA RIGON WESKA (substituto) - MEC
ALEXANDRE GARCIA (substituto) -CNPq
ANDRÉ CABRAL DE SOUZA (substituto) – FINEP (videoconferência)
MANOEL SANTANA CARDOSO (substituto)- Capes
JOSÉ IVONILDO DO REGO – Comunidade Científica (videoconferência)
RENATO MACHADO COTTA – Comunidade Científica (videoconferência)

1.2 – Equipe Técnica e Convidados

JACÓ PALIS – Comunidade Científica (videoconferência)
HELENA NADER – Comunidade Científica (videoconferência)
MARISA CONCEIÇÃO COSTA – ASCOF/MCTI
IDELAZIL CRISTINA TAEHAIRVI - Capes
TARGINO DE ARAÚJO FILHO – ANDIFES (videoconferência)
ELIANNE PRESCOTT – ASCOF/MCTI
GUSTAVO BALDUÍNO - ANDIFES

2. PAUTA DA REUNIÃO

1. Programa de Apoio a Projetos Institucionais de Implantação de Infraestrutura e Pesquisa – PROINFRA.

3. ANDAMENTO DA REUNIÃO

A reunião foi aberta pelo Secretário Executivo do MCTI e Presidente do Comitê Gestor, Luiz Antonio Rodrigues Elias, que deu boas vindas a todos os presentes. Iniciou a reunião cientificando a todos que a reunião visa tratar da questão do CT-INFRA, referente aos recursos para os próximos anos, em especial para o ano de 2014. Situou os presentes de que na última reunião foram apresentadas as dificuldades de recurso para o CT-INFRA, principalmente em decorrência da inclusão do CsF no orçamento do

Ministério. Mostrou preocupação no lançamento de um novo edital, pois reforçou a necessidade de uma avaliação do CT-INFRA, tendo em vista a quantidade de recurso já destinada a editais anteriores. Pautou a necessidade de que o próximo edital do PROINFRA tenha foco em questões significativas ao próprio amadurecimento das universidades brasileiras. Outro ponto levantado refere-se à burocracia, ou seja, as dificuldades inerentes aos programas nas operações da FINEP quando se comparado a Capes, inclusive houve a sugestão de haver um trabalho em conjunto com a Capes e a própria Capes se mostrou aberta em fazer uma maior articulação com o Ministério. A preocupação central da reunião refere-se ao iminente fechamento do orçamento para C,T&I no congresso. A ideia é que as entidades Andifes, SBPC e ABC fizessem uma manifestação aos relatores para que esses pudessem se posicionar por emendas de apropriação. Por fim, em relação aos INCT's, questiona como seria possível trabalhar uma parte dos recursos para apoio direito para a nova fase dos INCT's.

José Ivonildo da Comunidade Científica reforça que houve uma redução nos recursos da área de Ciência e Tecnologia tanto porque o CsF acabou não sendo dinheiro novo e está entrando nos recursos do FNDCT, quanto pelas perdas do recurso do CT-PETRO. O grande esforço deve ser tentar repor essas perdas. Surge daí a necessidade de uma ação articulada das entidades relacionadas a C&T no congresso nacional, bem como dentro do próprio governo.

Helena Nader da comunidade científica questiona qual é o saldo devedor do CT-INFRA.

José Ivonildo informa que recebeu informação da FINEP que os pagamentos estão "em dia" se os contratos não apresentam problemas. A questão refere-se é que nos próximos anos, em função da própria programação do CT-INFRA, pois os valores dos editais são divididos ao longo de três anos, isso gera efeitos futuros de acúmulo de dividendos. Há uma dívida escalonada para os anos seguintes.

Elias defende a necessidade de se avaliar quais avanços os recursos do CT-INFRA trouxeram, pois há questões a serem respondidas, como por exemplo, se os resultados do investimento estão chegando da maneira que o comitê planejou. Relembra ainda o problema burocrático, porém reforça que algumas universidades apresentam um problema de gestão interna. Questiona se ao se lançar novamente o programa PROINFRA nos mesmos moldes anteriores, ele conseguirá trazer avanços; ou se não seria importante reformulá-lo, junto com a Capes, para atender áreas estratégicas das universidades para dar um resultado mais potente. Sugere a criação de um questionário rápido para monitorar quais são os grandes problemas que as universidades enfrentam na implementação do PROINFRA. Informa ainda que o PROINFRA irá ser lançado, embora ainda não saiba a data. Solicita que as entidades conversem com os relatores no congresso para analisar a possibilidade de aumento dos recursos do FNDCT que envolvam o PROINFRA.

Gustavo Balduino da ANDIFES informa que terá no dia 10/12 reunião com o relator para tratar da emenda ANDIFES e convida SBPC e ABC para acompanhá-lo nessa reunião. Pondera a necessidade de compartilhamento com o Ministério da Educação dos custos das despesas feitas anteriormente pelo MCTI via Fundos Setoriais. Defende também ação do próprio secretário executivo e do ministro junto ao Congresso. Relata ainda que está sendo debatido dentro das universidades formas de melhorar a eficiência das mesmas, principalmente por meio da reformulação das próprias fundações.

Helena Nader questiona a possibilidade levantada de um possível arranjo no fundo social para que fosse alocado recursos no FNDCT por meio do Ministério da Educação. Em relação a uma possível

avaliação do CT-INFRA, ela afirma que o impacto do PROINFRA nas universidades é fantástico, principalmente no que se refere à tecnologia de ponta, mas pondera que precisa de uma avaliação com dados estatísticos. Por isso mesmo considera que não é muito plausível fazer um edital diferente sem a consulta antecipada com as universidades e institutos de pesquisa. Acrescentou que algumas universidades já fizeram algumas avaliações e seria interessante que o ministério tivesse acesso a elas.

Elias responde que há uma impossibilidade jurídica desse arranjo no fundo social.

Manoel Cardoso da Capes ponderou que, em relação ao pró-equipamento e ao PROINFRA, os dois programas estão se aproximando. Apontou que é interessante fazer essa avaliação que o Secretário Elias defende e propôs que ela seja feita também no pró-equipamentos. Disponibilizou-se para auxiliar o PROINFRA a se tornar mais célere. Relembrou a proposta de Jorge Guimarães da Capes em transferir o PROINFRA para a Capes. Mostrou-se ainda aberto em transferir os recursos de obras para a SESU, pois poderia ser executada nos mesmos moldes dos recursos do REUNI, o que torna mais célere o repasse de recursos.

Helena Nader afirma que os dois programas são complementares, porém com diferenças fundamentais. Enquanto o pró-equipamentos subsidia equipamentos até uns US\$ 100 mil, o PROINFRA apoia projetos de grande porte como o Centro Nacional de Ressonância Nuclear e Magnética no Rio de Janeiro, que possui equipamentos no valor de R\$ 2 milhões. Explica que quando da proposta do Jorge Guimarães da Capes, a mesma se posicionou contrária, pois o MCTI tem a importante função de alimentar a cadeia da ciência que vai gerar tecnologia e inovação. Se isso for retirado do MCTI, a relação dele com as universidades irá perder sentido, pois é nesse espaço que se tem o diálogo.

José Ivonildo apoia a diversidade da fonte de recursos para equipamentos. Relembrou dos dados apresentados pela FINEP na última reunião em que não há concorrência entre os recursos do pró-equipamentos e do PROINFRA. Reforça que o edital do PROINFRA deve ser lançado. Faz uma crítica aos órgãos de controle que dificultam todas as formas de se agilizar os processos de gestão nas instituições de ensino.

Targino de Araújo da Andifes também apoia a separação entre os dois programas. Mostra-se preocupado no que diz respeito a obras. Reconhece que há problemas de gestão, porém aponta que há problemas ligados à FINEP. Propõe que algumas medidas sejam tomadas de acordo com a própria recomendação do documento de diretrizes formulado pela CGEE, como reduzir o número de subprojetos possíveis dentro de cada projeto. Recomenda uma reunião entre FINEP, os avaliadores e os integrantes do CT-INFRA para tentar fazer essas pequenas mudanças já para o próximo edital, enquanto não é feita essa avaliação proposta pelo secretário Executivo Elias.

Gustavo defende que os esforços devem se concentrar no orçamento, tentando ampliar os recursos da C,T&I. Pergunta-se se é possível que MEC suporte os recursos do CsF.

Jacó Palis da Comunidade Científica concorda que a prioridade de discussão também deve ser o orçamento. Defende uma posição de negociação, principalmente com o MEC, em relação ao CsF.

Manoel argumenta que sua fala foi em defesa de uma maior complementariedade entre os programas pró-equipamentos e PROINFRA.

Adriana Weska do MEC primeiramente ratifica a questão da falta de disponibilidade orçamentária e, em seguida, reforça que as universidades nos últimos anos adquiriram expertise e que cabe agora

dedicar-se a questão das fundações.

André Cabral da FINEP informa que enviou a Elianne Prescott e a Ana Lúcia Assad uma primeira proposta de termo de referência que apresenta uma nova distribuição em termos de subprojetos em universidades e um quantitativo acima de 900 doutores para concorrer a determinado porte de recursos e de acordo com a tabela esse valor é regressivo. E quanto a questão do m² para obras, esclarece que para a próxima chamada já foi colocado que o valor poderia ser superior se houvesse uma justificativa técnica para os custos adotados, entre outras medidas para tornar os processos mais ágeis. Informa que manteve os 40% de cota para CO, NE e N.

Elias propôs que seja feito um movimento de caráter orçamentário pelas entidades que representam a comunidade científica.

Gustavo sugere que SBPC, ABC e ANDIFES solicitem audiência com o ministro da educação para que possa levar o pleito sobre o CsF.

Helena Nader defende que seja encaminhado um documento para o relator com a assinatura das entidades sobre a gravidade da situação orçamentária da C,T&I e solicitando a emenda de apropriação já citada anteriormente. Além disso, apoia a iniciativa de pedir uma audiência com o ministro da educação e o envio de uma carta para a presidenta.

Ficou acertado entre as entidades uma agenda com o relator do congresso no dia 10/12, a previsão de uma agenda com o ministro Mercadante no dia 18/12. O secretário executivo se comprometeu a conversar com o Jorge Guimarães da Capes sobre possibilidade de cooperação entre capes e o ministério e coordenação maior entre o PROINFRA e o pró-equipamentos.

4. DELIBERAÇÕES

Foi tomada a seguinte deliberação pelos membros da reunião:

1. O sr Luis Antonio Elias se comprometeu a conversar com o Jorge Guimarães da Capes sobre a possibilidade de cooperação entre capes e o ministério e a coordenação maior entre o PROINFRA e o pró-equipamentos.

Brasília, 09 de dezembro de 2013.



JOÃO ALBERTO DE NEGRI